

Sumário

Introdução.....	1
A conquista da América.....	1
A afirmação histórica dos direitos humanos.....	4
Aristotelismo político e escravidão natural.....	6
O percurso do livro	7

I Parte – Contexto Histórico-Conceitual da Controvérsia sobre a Conquista da América

1. A Controvérsia.....	13
1.1. Os tempos e os lugares	13
Conquista e Reconquista	13
A descoberta e conquista das ilhas do Caribe (1492-1510)	18
A homilia de Montesinos e as <i>Leyes</i> de Burgos (1511/16).....	19
A expansão da conquista e a intervenção dos teólogos de Salamanca (1513/1540).....	20
As <i>Leyes Nuevas</i> (1542/46).	22
A controvérsia de Valladolid (1550/1551)	23
Da conquista à pacificación: as Ordenanzas de Felipe II (1556/1573).24	
1.2. As Características e os temas.....	26
1.3. Os Protagonistas da Controvérsia.....	33
Juan Ginés de Sepúlveda: o “intelectual orgânico” dos conquistadores....	33

Francisco de Vitoria e Domingo de Soto: a “doutrina indiana” da Escuela de Salamanca.....	38
A “doutrina indiana” de Salamanca	42
Bartolomé de Las Casas: o Procurador dos índios.....	44
Las Casas: um pensador desconhecido.....	49
Os estudos no Brasil sobre Las Casas e o debate da conquista.....	51
As principais teses políticas de Las Casas	54
Las Casas primeiro filósofo da libertação latino-americana	57
Processo à conquista.....	61
2. Interpretações da Controvérsia	63
2.1. O Corpus Hispanorum de Pace. Uma abordagem apologética	63
2.2. Quentin Skinner. Uma leitura contrarreformista	71
2.3. Anthony Pagden. Um olhar etnológico.	77
2.4. Tzvetan Todorov. Uma leitura relativista e perspectivista da alteridade	84
2.5. Giuliano Gliozzi. Uma leitura marxista: as ideologias coloniais	89
2.6. Michel Villey e a “deformação” da filosofia do direito pelos escolásticos espanhóis	98
2.7. Brian Tierney. As origens da ideia dos direitos naturais.	102
2.8. Enrique Dussel. Las Casas: “o máximo de consciência crítica possível”	109
2.9. Nestor Capdevila e Luca Baccelli. Bartolomé de Las Casas, legitimidade da evangelização versus ilegitimidade da Conquista	114
Conclusões como premissas	120

II Parte – Sunt Veri Domini? As Questões Antropológicas

3. Aristóteles e os Índios. A recepção da teoria aristotélica da escravidão natural	125
3.1. A (re)descoberta da <i>Política</i> de Aristóteles	125
3.2. A Doutrina da Escravidão Natural.....	131
3.3. Da <i>polis</i> à <i>Cosmópolis</i> : o estoicismo.....	139
3.4 O cristianismo: Servidão e Pecado	141
3.5. Idade Média: <i>Servi e barbari</i>	143
3.6. A “descoberta” da América: índios e bárbaros.	147
3.7. A herança aristotélica.....	150
4. Sepúlveda e os Escravos por Natureza	155
4.1. E escravidão natural como motivo de guerra justa contra os índios.....	156
4.2. Os índios possuem um domínio político?	162
4.3. Escravos ou servos?	165
4.4. Inferioridade permanente ou transitória?	168
4.5. Uma ideologia belicista	170
4.6. Um aristotelismo “fundamentalista”	173
5. Domingo de Soto. Direito Natural e Questão Indígena: <i>Dominium et Jus, Potestas et Jurisdictio</i>	177
5.1. <i>Dominium et jus</i> : a propriedade no direito civil.	178
5.2. A escravidão: se é justo que um homem possa ser senhor de um outro homem	181

5.3. <i>Dominium et jurisdictio</i> : o domínio no direito público	183
5.4. As raízes teológicas dos direitos humanos.	186
6. Francisco de Vitoria. A Antropologia da <i>Relectio De Indis</i>	191
6.1. Primeiro argumento: “O pecado mortal não impede a propriedade civil, nem o domínio propriamente dito”	195
6.2. Segundo argumento: “A infidelidade não é impedimento ao exercício do domínio”	196
6.3. Terceiro argumento: “Também os loucos e os amentes podem ser sujeitos de direitos”	197
6.4. Quarto argumento: a escravidão natural.....	201
7. Bartolomé de las Casas e os Verdadeiros Bárbaros	205
7.1 Primeiro tipo de bárbaro: todo homem cruel e desumano	209
7.2. Segundo tipo de bárbaros: aqueles que não conhecem a escrita	210
7.3. O terceiro tipo: os bárbaros propriamente ditos	212
7.4. O quarto tipo de bárbaros: todos aqueles que não conhecem Cristo...	217

III Parte – A Filosofia Política: *Potestas, Imperium, Libertas*

8. Francisco de Vitoria: <i>Relectio De Indis</i>	223
8.1. Os sete títulos não legítimos	224
Primeiro título. O Imperador não é dono do mundo (<i>dominus totius orbis</i>)	224
Segundo título. O Papa não possui o poder temporal sobre todo o mundo.....	229
Terceiro título. Não existe um direito de descoberta (<i>jus inventionis</i>)	232

Quarto título. A evangelização.	233
O sexto título. Os bárbaros não se submeteram voluntariamente	241
O sétimo título. Não cabe o apelo a uma especial concessão divina.	241
8.2. Os Seis Títulos Legítimos (mais um)	242
Primeiro título: a sociedade e a comunicação natural entre os povos	242
Segundo título: predicar e anunciar o evangelho.....	251
Quinto título: Salvar os inocentes.	253
Um último título: porque se parecem como os amentes.....	254
9. Bartolomé de las Casas: <i>De Regia Potestate</i>	263
9.1 Contra a <i>perpetuidade da encomienda</i>	265
9.2. A liberdade originária	268
9.3. <i>Dominium e iurisdictio</i>	270
9.4. O consenso do povo: <i>translatio imperii</i>	271
9.5. O poder da lei e não dos homens	274
9.6. O cidadão, a cidade e o Reino: a analogia organicista	276
9.7. A proibição de alienar os bens públicos	277
9.8. A doutrina da restituição	279
9.9. Questões polêmicas	280
Valor jurídico do tratado	280
O carácter tirânico dos regimes pré-colombianos.....	282
Contradição entre os princípios democráticos e as bulas pontifícias	284
Las Casas precursor da modernidade?	285

IV Parte – O Direito da Guerra e da Paz

10. Sepúlveda. Os Pecados contra a lei natural como motivo de guerra justa...	289
10.1. Sepúlveda: os pecados contra a lei natural justificam uma guerra “justa e santa”	292
10.2. Vitoria: os pecados contra a lei natural não são motivos de guerra justa.....	294
10.3. Réplica de Sepúlveda a Vitoria.	296
10.4. Bartolomé de Las Casas: a justificação dos pecados contra a lei natural.....	299
11. O Direito Internacional: Guerra e Paz	309
11.1. <i>Totus orbis</i> e <i>Respublica Christiana</i>	309
11.2. Carl Schmitt e Sepúlveda	313
11.3. Luigi Ferrajoli e Vitoria	321
11.4. Las Casas: a justa guerra dos índios.....	328
11.5. Guerra e direito no debate sobre a Conquista	331
Conclusões	335
Anexo 1 – Cronologia da Controvérsia sobre a Conquista da América.....	349
Notas de rodapé	377
Referências Bibliográficas	425